

## ÍNDICE

	Págs.
INTRODUÇÃO .....	17
1. Âmbito da Teoria Geral do Direito Civil .....	17
2. O problema da Parte Geral do Código Civil e da existência de uma disciplina de Teoria Geral .....	17
3. Conteúdo da Teoria Geral do Direito Civil. Plano do curso ..	22
4. Divisão da Teoria Geral do Direito Civil: Teoria Geral do Ordenamento Jurídico Civil e Teoria Geral da Relação Jurídica Civil ..	25
5. O Direito Civil como parte do Direito Privado .....	35
6. Direito Público e Direito Privado .....	36
7. Alcance prático da distinção entre Direito Público e Direito Privado .....	44
8. O Direito Civil como Direito Privado Comum. O direito comercial e o direito do trabalho. A autonomia de outros ramos de direito, v. g., o direito agrário e o direito do consumidor .....	47
9. O direito do consumidor .....	54
10. Sentido do direito civil: a autonomia da pessoa, a igualdade, a disciplina da vida quotidiana do homem comum .....	58
11. Sequência .....	61

### I PARTE

#### TEORIA GERAL DO ORDENAMENTO JURÍDICO CIVIL

Capítulo I — Fontes do direito civil português .....	63
12. Formas de surgimento das normas jurídicas civis .....	63
13. Diplomas fundamentais do direito civil português .....	69
14. As normas aplicáveis às relações de direito civil. Direito Civil e Direito Constitucional. Aplicação de normas constitucionais às relações entre particulares .....	71
15. O Código Civil português: as circunstâncias históricas da sua elaboração e a legislação anterior .....	81
16. O Código Civil de 1966: características do tipo de formulações legais utilizado .....	85

	Págs.
17. O sistema do Código Civil de 1966: coordenação da Parte Geral e das Partes Especiais .....	91
<b>Capítulo II — Os princípios fundamentais do direito civil português .....</b>	<b>95</b>
§ 1.º — Introdução .....	95
18. A existência de princípios básicos do direito civil. Carácter histórico desses princípios de ordenação sistemática interna. A autonomia e a igualdade como seus pressupostos actuais .....	95
§ 2.º — O reconhecimento da pessoa e dos direitos de personalidade ...	98
19. O reconhecimento da personalidade jurídica de todos os seres humanos .....	98
20. O reconhecimento de um círculo de direitos de personalidade ..	100
§ 3.º — A autonomia privada .....	102
21. A autonomia privada e a liberdade contratual, manifestação daquela no domínio dos contratos .....	102
22. Aspectos contidos no princípio da liberdade contratual: a liberdade de conclusão ou celebração dos contratos e a liberdade de modelação do conteúdo contratual. As cláusulas contratuais gerais e os contratos de ou por adesão .....	107
23. Domínio principal de aplicação da liberdade contratual: os contratos obrigacionais .....	117
24. Referência esquemática às principais figuras e problemas disciplinados pelo Direito das Obrigações .....	118
25. O princípio da liberdade contratual, o mercado e o sistema económico e social. ....	121
§ 4.º — A boa fé .....	124
26. O princípio da boa fé .....	124
§ 5.º — A responsabilidade civil .....	128
27. Noção. Características gerais .....	128
28. Responsabilidade por actos ilícitos, responsabilidade pelo risco e responsabilidade por actos lícitos. Evoluções recentes: a responsabilidade do produtor ou do fabricante .....	132
29. Responsabilidade contratual e responsabilidade extracontratual; a chamada «terceira via». ....	137
§ 6.º — A concessão de personalidade jurídica às pessoas colectivas ...	138
30. A personalidade colectiva e os tipos de pessoas colectivas ....	138
31. Natureza da personalidade colectiva .....	139

	Págs.
§ 7.º — A propriedade privada .....	144
32. O problema do domínio sobre os bens como problema fundamental de uma sociedade .....	144
33. Fenomenologia da propriedade ao longo da história e no momento actual .....	145
34. Características do direito de propriedade no nosso sistema jurídico .....	151
35. Os direitos reais limitados .....	155
§ 8.º — A relevância jurídica da família .....	158
36. A família, como realidade natural e social, perante o Direito legislado .....	158
37. Referência sumária ao Direito da Família português .....	160
§ 9.º — O fenómeno sucessório ou sucessão por morte .....	168
38. O destino das relações jurídicas após a morte do seu titular ...	168
39. Referência sumária ao direito sucessório português .....	171

## II PARTE

### TEORIA GERAL DA RELAÇÃO JURÍDICA. PRELIMINARES

40. Conceito de relação jurídica .....	177
41. Estrutura da relação jurídica (enunciado geral) .....	178
42. Estrutura da relação jurídica (cont.): direitos subjectivos propriamente ditos e direitos potestativos .....	178
43. Estrutura da relação jurídica (cont.); o dever jurídico e a sujeição .....	184
44. Estrutura da relação jurídica: relação jurídica simples ou singular e relação jurídica complexa .....	186
45. Elementos da relação jurídica: sujeitos, objecto, facto jurídico e garantia .....	189

## I

### TEORIA GERAL DOS SUJEITOS DA RELAÇÃO JURÍDICA

<b>Capítulo I — Generalidades .....</b>	<b>193</b>
46. O sujeito de direito. Personalidade e capacidade jurídica .....	193
47. Capacidade jurídica e capacidade para o exercício de direitos ..	194

	Págs.
48. O problema dos direitos sem sujeito .....	196
49. Modalidade do sujeito das relações jurídicas: pessoas singulares e pessoas colectivas .....	198
<b>Capítulo II — Pessoas singulares .....</b>	<b>201</b>
50. Personalidade jurídica. Noção, começo e termo da personalidade. A condição jurídica dos nascituros .....	201
51. Direitos de personalidade .....	207
52. Capacidade jurídica e capacidade para o exercício de direitos ..	220
53. Capacidade negocial. Modalidades: capacidade negocial de gozo (capacidade jurídica negocial) e capacidade negocial de exercício. ....	221
54. Determinação da capacidade negocial de gozo .....	223
55. Determinação da capacidade negocial de exercício. Generalidades .....	226
56. Enumeração das incapacidades de exercício estatuídas pelo novo Código Civil .....	227
57. Incapacidade dos menores .....	228
58. Incapacidade dos interditos .....	234
59. Valor dos actos praticados pelo interdito .....	236
60. Quando cessa a incapacidade dos interditos .....	241
61. Incapacidade dos inabilitados .....	241
62. Quando cessa a incapacidade dos inabilitados .....	244
63. Incapacidades (ilegitimidades) conjugais .....	244
64. Incapacidades acidentais .....	248
65. Valor dos negócios jurídicos indevidamente realizados pelos incapazes .....	249
66. Situação do insolvente .....	250
67. Capacidade e legitimidade .....	260
68. Domicílio .....	261
69. Ausência .....	264
<b>Capítulo III — Pessoas colectivas .....</b>	<b>269</b>
70. Conceito de pessoa colectiva. Função socioeconómica do instituto da personalidade colectiva .....	269
71. Elementos constitutivos das pessoas colectivas: o substrato e o reconhecimento .....	271
72. Elementos constitutivos da pessoa colectiva: substrato e reconhecimento (cont.) .....	280
73. Classificações doutrinárias das pessoas colectivas: corporações e fundações; pessoas colectivas de direito público e pessoas colectivas de direito privado .....	282

	Págs.
74. Classificações legais das pessoas colectivas: associações, fundações e sociedades .....	292
75. Classificação de novos entes dotados de personalidade colectiva .....	
76. Constituição das pessoas colectivas: formação do substrato das corporações (associações e sociedades) de direito privado .....	303
77. Constituição das pessoas colectivas: formação do substrato das fundações de direito privado .....	304
78. Constituição das pessoas colectivas: o reconhecimento; suas modalidades .....	309
79. Capacidade para o exercício de direitos das pessoas colectivas ..	315
80. Capacidade jurídica (capacidade de gozo de direitos) das pessoas colectivas .....	318
81. Responsabilidade civil das pessoas colectivas .....	321
82. Capacidade das pessoas colectivas para a aquisição ou alienação de imóveis .....	325

## II

### TEORIA GERAL DO OBJECTO DA RELAÇÃO JURÍDICA

<b>Capítulo I — Generalidades .....</b>	<b>331</b>
83. Objecto da relação jurídica. Conceito. Objecto e conteúdo ..	331
84. Objecto imediato e objecto mediato .....	332
85. Os possíveis objectos de relações jurídicas .....	333
<b>Capítulo II — As coisas e o património .....</b>	<b>341</b>
86. Noção jurídica de coisa .....	341
87. Noção de património .....	344
88. O fenómeno da autonomia patrimonial ou separação de patrimónios .....	347
89. A figura do património colectivo .....	352

## III

### TEORIA GERAL DO FACTO JURÍDICO

#### TÍTULO I

#### Dos factos jurídicos em geral

<b>Capítulo I — Conceitos e classificação .....</b>	<b>355</b>
90. Noção de facto jurídico .....	355
91. Classificação dos factos jurídicos .....	355

	Págs.
Capítulo II — <b>Aquisição, modificação e extinção de relações jurídicas</b> .....	359
92. Preliminares .....	359
93. Conceito e modalidade de aquisição de direitos. Aquisição originária e aquisição derivada. Modalidades desta última .....	359
94. Importância da distinção entre aquisição derivada e aquisição originária .....	365
95. Excepções à regra geral da aquisição derivada .....	365
96. Modificação de direitos .....	371
97. Extinção de direitos .....	372
<b>TÍTULO II</b>	
<b>Do negócio jurídico e do simples acto jurídico</b>	
Subtítulo I	
<b>Conceito, elementos e classificações</b>	
Capítulo I — <b>Conceito e elementos</b> .....	379
98. Conceito e importância do negócio jurídico .....	379
99. Relação entre a vontade exteriorizada na declaração negocial e os efeitos jurídicos do negócio .....	380
100. Elementos dos negócios jurídicos .....	383
Capítulo II — <b>Classificações dos negócios jurídicos</b> .....	385
101. Negócios jurídicos unilaterais e contratos ou negócios jurídicos bilaterais .....	385
102. Negócios entre vivos e negócios « <i>mortis causa</i> » .....	389
103. Negócios consensuais ou não solenes e negócios formais ou solenes .....	392
104. Negócios consensuais e negócios reais .....	395
105. Negócios obrigacionais, reais, familiares e sucessórios .....	397
106. Negócios patrimoniais e negócios pessoais .....	398
107. Negócios causais e negócios abstractos .....	399
108. Negócios onerosos e negócios gratuitos .....	400
109. Contratos comutativos e contratos aleatórios .....	403
110. Negócios parciários .....	405
111. Negócios de mera administração e negócios de disposição .....	406
Subtítulo II	
<b>Elementos essenciais do negócio jurídico</b>	
Capítulo I — <b>Capacidade e legitimidade</b> .....	411
112. Remissão .....	411

	Págs.
Capítulo II — <b>A declaração negocial</b> .....	413
Divisão I — <b>Noções gerais</b> .....	413
113. A declaração negocial como verdadeiro elemento do negócio jurídico .....	413
114. Conceito de declaração negocial .....	413
115. Breve referência aos actos jurídicos de natureza não negocial .....	416
116. Elementos constitutivos normais da declaração negocial .....	419
117. Declaração negocial expressa e declaração negocial tácita .....	421
118. O valor do silêncio como meio declarativo .....	423
119. Declaração negocial presumida. Declaração negocial ficta .....	427
120. Protesto e reserva .....	427
121. Forma da declaração negocial .....	428
122. Perfeição da declaração negocial .....	440
Divisão II — <b>Interpretação e integração dos negócios jurídicos</b> .....	441
§ 1.º — <b>Interpretação</b> .....	441
123. Em que consiste o problema. Posições possíveis .....	441
124. Posição adoptada .....	444
§ 2.º — <b>Integração</b> .....	454
125. Em que consiste .....	454
126. Termos em que pode admitir-se .....	455
Divisão III — <b>A divergência entre a vontade e a declaração</b> .....	457
§ 1.º — <b>O problema em geral</b> .....	457
127. Formas possíveis de divergência .....	457
128. O problema da divergência entre a vontade e a declaração como problema autónomo; o substrato teleológico do problema .....	460
129. Teorias que visam resolver o problema da divergência entre a vontade e a declaração .....	462
130. O problema da divergência entre a vontade e a declaração, apreciado de <i>jure condendo</i> . Discussão das teorias propostas .....	464
131. O problema da divergência entre a vontade e a declaração, apreciado de <i>jure condito</i> .....	465
§ 2.º — <b>A simulação</b> .....	466
132. Conceito, elementos e importância prática .....	466
133. Modalidades da simulação .....	467

	Págs.
134. Efeitos da simulação absoluta .....	468
135. Modalidades da simulação relativa .....	469
136. Efeitos da simulação relativa .....	471
137. Se há restrições à arguição da simulação pelos próprios simuladores .....	476
138. A simulação e terceiros. Considerações gerais .....	477
139. Arguição da simulação por terceiros interessados na nulidade do negócio simulado .....	477
140. Arguição da simulação contra terceiros interessados na validade do negócio jurídico .....	479
141. Conflitos de interesses entre terceiros interessados na nulidade e terceiros interessados na validade do negócio jurídico .....	484
142. Prova da simulação .....	485
§ 3.º — Outras figuras de divergência intencional .....	486
143. Reserva mental .....	486
144. Declaração não séria .....	488
§ 4.º — Divergência não intencional .....	489
145. Coacção física ou coacção absoluta ou ablativa .....	489
146. Falta de consciência da declaração .....	490
147. Erro na declaração ou erro-obstáculo .....	492
148. Erro na transmissão da declaração .....	497
Divisão IV — Vícios da vontade .....	498
§ 1.º — Noções gerais .....	498
149. Vícios da vontade. Conceito .....	498
150. Enumeração dos vícios da vontade a que o nosso direito atribui em geral relevância autónoma .....	499
151. O regime da lesão e dos vícios redibitórios no novo Código Civil .....	499
152. Qualificação da invalidade proveniente de erro vício, dolo, coacção ou incapacidade acidental .....	502
§ 2.º — O erro como vício da vontade .....	504
153. Noção .....	504
154. Confronto com figuras próximas .....	504
155. Modalidades .....	505
156. O problema da exclusão prévia da anulação por erro .....	506
157. Condições gerais de relevância do erro-vício como motivo de anulabilidade .....	507

	Págs.
158. Condições especiais de relevância do erro-vício como motivo de anulabilidade .....	512
159. Aplicação da coisa a fim diferente do declarado, erro e vinculação negocial. ....	518
§ 3.º — O dolo .....	521
160. Conceito .....	521
161. Modalidades .....	523
162. Condições de relevância do dolo como motivo de anulação ...	525
163. Fundamento jurídico da anulabilidade por dolo .....	528
164. Confronto entre as condições de relevância do dolo e as do erro	528
165. Negócio em que o dolo não tem relevância específica ...	529
§ 4.º — A coacção .....	529
166. Conceito .....	529
167. Modalidades .....	530
168. Condições de relevância da coacção como motivo de anulabilidade .....	531
169. A coacção moral e o simples temor reverencial .....	534
§ 5.º — O estado de necessidade e outras situações como vícios da vontade negocial .....	534
170. Conceito .....	534
171. Confronto com a coacção .....	534
172. Valor dos negócios jurídicos realizados em estado de necessidade .....	535
§ 6.º — A incapacidade acidental .....	538
173. A incapacidade acidental .....	538
Divisão V — A representação nos negócios jurídicos .....	539
174. Conceito .....	539
175. Espécies .....	542
176. Confronto com institutos afins .....	543
177. Admissibilidade da representação .....	547
178. Pressupostos da representação .....	548
Capítulo III — O objecto negocial .....	553
179. Noção de objecto do negócio jurídico .....	553
180. Exigências legais relativas ao objecto dos negócios jurídicos ..	553
181. Consequências da inobservância dos requisitos a que deve obedecer o objecto negocial .....	559

## Subtítulo III

Elementos acidentais dos negócios jurídicos  
(Cláusulas acessórias típicas gerais)

	Págs.
Capítulo I — <b>Condição</b> .....	561
182. Conceito, natureza e importância da estipulação condicional ..	561
183. As chamadas condições impróprias .....	562
184. A aponibilidade da condição .....	563
185. Classificação das condições .....	564
186. Verificação e não verificação da condição .....	572
187. Efeitos da condição suspensiva .....	572
188. Efeitos da condição resolutiva .....	575
Capítulo II — <b>Termo</b> .....	577
189. Conceito .....	577
190. Efeitos .....	577
191. Aponibilidade do termo .....	577
192. Modalidades .....	578
193. Cômputo do termo .....	580
Capítulo III — <b>Modo, encargo ou cláusula modal</b> .....	583
194. Conceito .....	583
195. Distinção do modo e da condição .....	583
196. Valor do modo impossível ou ilícito .....	585
197. Inadimplemento do modo .....	586
Capítulo IV — <b>Cláusula penal</b> .....	589
198. Conceito e importância prática .....	589
199. Espécies de cláusulas penais e respectivo regime .....	591
Capítulo V — <b>Cláusulas limitativas e de exclusão de responsabilidade civil</b> ..	599
200. Conceito e importância prática .....	599
201. Regime .....	601
Capítulo VI — <b>O problema da pressuposição ou da alteração das circunstâncias que fundaram a decisão de contratar</b> .....	605
202. Conceito .....	605
203. Critérios de relevância da alteração da base do negócio .....	606
204. Consequências .....	612

## Subtítulo IV

## Ineficácia e invalidade dos negócios jurídicos

	Págs.
205. Ineficácia dos negócios jurídicos ( <i>lato sensu</i> ). Noção. Ineficácia <i>stricto sensu</i> e invalidade. Outras formas de ineficácia em sentido lato .....	615
206. Modalidades de ineficácia em sentido estrito .....	616
207. Inexistência e invalidade (nulidade e anulabilidade) dos negócios jurídicos .....	617
208. Regime das nulidades .....	620
209. Regime das anulabilidades .....	621
210. Integração das diversas invalidades em cada uma das categorias .....	624
211. Efeitos da declaração de nulidade e da anulação .....	625
212. Invalidade e simples irregularidade .....	627
213. A invalidade e outras formas de cessação dos efeitos negociais (resolução, revogação, caducidade e denúncia) .....	627
214. O problema da redução dos negócios jurídicos .....	632
215. O problema da conversão dos negócios jurídicos .....	639

## TÍTULO III

## Do contrato

216. Razão de ser deste título .....	645
217. Noção e regime geral do contrato .....	647
218. As cláusulas contratuais gerais e os contratos de ou por adesão .....	654

## TÍTULO IV

## Eficácia do decurso do tempo nas relações jurídicas

219. Prescrição extintiva e caducidade. Remissão .....	659
220. Obrigações duradouras e obrigações de execução instantânea ..	659

## IV

TEORIA GERAL DA GARANTIA  
DA RELAÇÃO JURÍDICA. REMISSÃO

221. A garantia da relação jurídica. Remissão. ....	663
Principais abreviaturas .....	671
Principal Bibliografia Geral .....	673